

O NOVO CRÉDITO FISCAL AO
INVESTIMENTO

TAX & BUSINESS



A presente Informação Fiscal destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta. Não deve servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Informação Fiscal não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte contacto@rffadvogados.pt.

Legal 500 – Band 1 Tax “Portuguese Law Firm” 2013
International Tax Review – “Best European Newcomer” (shortlisted) 2013
Chambers & Partners – Band 1 “RFF Leading Individual” 2013
Who’s Who Legal – “RFF Corporate Tax Adviser of the Year” 2013
IBFD – Tax Correspondents Portugal, Angola and Mozambique

INTRODUÇÃO

Na sequência da proposta de Lei n.º 148/XII, foi publicada, no Diário da República do passado dia 16 de Julho, a Lei n.º 49/2013, que aprova o novo Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento (CFEI) e que tem como objectivo reforçar o investimento empresarial nacional.

O CFEI corresponde a uma dedução à colecta de IRC no montante de 20% das despesas de investimento realizadas, até à concorrência de 70% daquela colecta podendo, no limite, reduzir para 7,5% a taxa geral efectiva de IRC para as empresas que dele beneficiem.

Neste contexto, esta proposta surge com o específico intuito de promover o investimento e internacionalização de empresas por intermédio da concessão de um crédito fiscal, na forma de dedução à colecta, pela realização de certos investimentos.

INCENTIVO FISCAL

O CFEl corresponde a uma dedução à colecta de IRC, no montante de 20% das despesas de investimento realizadas com activos afectos à exploração, até à concorrência de 70% daquela colecta.

O investimento elegível para a obtenção deste crédito fiscal terá que ser realizado entre 1 de Junho de 2013 e 31 de Dezembro de 2013, sendo que o montante máximo das despesas de investimento elegíveis é de 5 000 000,00 EUR por sujeito passivo.¹

Este crédito é dedutível à colecta de IRC do respectivo exercício, sendo reportável para os cinco exercícios de tributação subsequentes, caso se verifique excesso de crédito dedutível.

ÂMBITO SUBJECTIVO

O CFEl é aplicável aos sujeitos passivos de IRC que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:

- disponham de contabilidade regularmente organizada de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor

¹ No caso de sujeitos passivos que adoptem um período de tributação não coincidente com o ano civil e com início após 1 de Junho de 2013, as despesas relevantes para efeitos da dedução prevista nos números anteriores são as efectuadas em activos elegíveis desde o início do referido período até ao final do sétimo mês seguinte.

para o respectivo sector de actividade;

- o respectivo lucro tributável não seja determinado por métodos indirectos; e
- tenham a sua situação fiscal e contributiva regularizada.

ÂMBITO OBJECTIVO

São despesas elegíveis para efeitos do presente regime, os investimentos em:

- activos fixos tangíveis adquiridos em estado de novo quando entrem em funcionamento ou utilização até ao final do período de tributação que se inicie em ou após 1 de Janeiro de 2014; e
- activos intangíveis sujeitos a deprecimento (onde se inserem, designadamente, as despesas com projectos de desenvolvimento e com elementos de propriedade intelectual).

Para este efeito, estão ainda excluídas as despesas de investimento em activos susceptíveis de utilização na esfera pessoal² e, bem assim, as relativas a

² Tais como: (i) viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, barcos de recreio e aeronaves de turismo, excepto quando tais bens estejam afectos à exploração do serviço público de transporte ou se destinem ao aluguer ou à cedência do respectivo uso ou fruição no exercício da actividade normal do sujeito passivo; (ii) mobiliário e artigos de conforto ou decoração, salvo quando afectos à actividade produtiva ou administrativa; (iii) despesas incorridas com a construção, aquisição, reparação e ampliação de quaisquer edifícios, salvo quando afectos a actividades produtivas ou administrativas.

activos intangíveis, sempre que sejam adquiridos em resultado de actos ou negócios jurídicos do sujeito passivo beneficiário com entidades com as quais se encontre numa situação de relações especiais.

OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

Encontram-se ainda previstas algumas obrigações acessórias, no sentido de garantir a transparência do benefício concedido, nomeadamente, a obrigação de justificar a dedução à colecta através de documento a integrar o processo de documentação fiscal.

Adicionalmente, a contabilidade dos sujeitos passivos de IRC beneficiários do CFEl deve ainda evidenciar o imposto que deixe de ser pago em resultado da dedução de que beneficiem, mediante menção do valor correspondente no anexo ao balanço e à demonstração de resultados relativa ao exercício em que se efectua a dedução.

OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

Importa ainda referir que o CFEl não é cumulável, relativamente ao mesmo investimento, com quaisquer outros benefícios fiscais da mesma natureza, previstos noutros diplomas legais.

Não obstante, relativamente aos restantes regimes de apoio ao investimento produtivo, o CFEl apresenta uma grande vantagem, que consiste no facto de se encontrar

excluído do âmbito de aplicação do n.º 1 do artigo 92.º do Código do IRC, ou seja, de o benefício em causa não ficar limitado a 10% do montante de imposto que seja liquidado.

Por fim, o presente regime prevê ainda uma norma sancionatória, a qual determina que o incumprimento das regras de elegibilidade das despesas de investimento implica a devolução do montante de imposto que deixou de ser liquidado em virtude da aplicação do presente regime, acrescido dos correspondentes juros compensatórios majorados em 10 pontos percentuais.

Lisboa, 17 de Julho de 2013

Rogério M. Fernandes Ferreira
José Calejo Guerra
José Mègre Pires
Francisco Mascarenhas de Lemos